

Espiritismo, maçonaria e solidariedade: Feliciano Lima

Robério dos Santos Pereira Braga <roberio.bragapontes@gmail.com.br>

Resumo – Este estudo visa contribuir com o esclarecimento dos primórdios do Movimento Espírita no Amazonas por meio da trajetória de Feliciano de Souza Lima ao recuperar parte de sua história de vida civil em várias nuances e indicar as suas relações pessoais e com grupos de influência na política, na administração pública, na maçonaria e nas práticas espiritistas, assim como em atividades de benemerência/solidariedade, de modo que possa servir para despertar pesquisas sobre os elos de suas relações e identificação de quais dessas personalidades possam ter participado de associações e centros espíritas de forma concomitantemente com ele, o que pode se constituir em pistas para pesquisas que culminem com os objetivos deste trabalho e desse eixo do Simpósio FAK, a serem apresentadas em próximas edições, ampliando o reconhecimento desse cenário histórico-social.

Palavras-chave – Espiritismo. Maçonaria. Benemerência. Solidariedade. Relações sociais.

Submetido em 16/10/2023

Aprovado em 19/09/2025

1. INTRODUÇÃO

O Movimento Espírita no Estado do Amazonas está sendo redescoberto ou reavivado por trabalhos de pesquisa, apresentados em continuados simpósios que a Fundação “Allan Kardec” vem realizando desde 2009, para os quais tem estimulado, também, a apresentação de notícias históricas por parte de vários “trabalhadores” e, além disso, por alguns convidados.

Subordinado ao tema principal do VIII Simpósio FAK: “Espíritas na Amazônia, suas buscas nas realizações do passado, do presente e nas motivações para o futuro”(2023), esta contribuição pretende demonstrar ligações entre o Movimento Espírita e a Maçonaria Amazonense, por meio das práticas de solidariedade e benemerência prestadas pelos corpos institucionais e em particular por alguns de seus membros, a partir da presença de Feliciano de Souza Lima, correspondendo ao eixo “Origens: primórdios da ação espiritista nas terras amazônicas”.

Nesse sentido, a recuperação da trajetória de Feliciano funciona como elo entre as instituições - espíritas e maçônicas – realçando objetivos a que seus membros se dedicam, notadamente quanto às ações de solidariedade humana, especialmente, no caso, a criação do Asilo de Mendicidade de Manaus, e indicando nomes de outras personalidades do seu tempo e de sua convivência, de modo a permitir a identificação de outras cadeias de relações pessoais e grupais que tenham atuado no Movimento Espírita e na Maçonaria com tais práticas.

2. A FAMÍLIA

Os registros de família e ancestralidade em uma sociedade que, geralmente, não preza essas tradições nem ordena e respeita os arquivos pessoais, torna-se quase impossível, obrigando o pesquisador a promover uma sofrida garimpagem, nem sempre bem-sucedida, conseguindo, na maioria das vezes, raros indícios que permitem obter, apenas, alguns referenciais mesmo em relação a personalidades de relevo na sociedade da época. No caso de Feliciano de Souza Lima, não foi diferente.

Nascido no Amazonas, em 28 de outubro de 1877, filho de José de Souza Lima e Joaquina Pereira de Lima e irmão de Joaquim de Souza Lima, Florêncio Pereira Lima e Elvira Pereira [1]. Joaquim foi casado com Hilária Maria Lima, falecido pouco antes de 1904 e teve duas filhas: Elvira e Helena. Feliciano casou-se com Maria da Senhora [2].

As primeiras informações sugerem que Florêncio tenha sido operário ou pequeno empresário que trabalhava com recuperação de móveis de madeira e que teria prestado serviços no reparo de mobiliário do departamento da Instrução Pública e do Ginásio Amazonense [3].

Em 1906, Feliciano e sua irmã Elvira eram membros da Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mútuos Previdente Amazonense [4], uma espécie de entidade de previdência privada estabelecida em Manaus, na forma de cooperativa.

Elvira foi professora normalista, nomeada para cargo estadual, em 19 de agosto de 1895, tendo lecionado em várias escolas públicas na capital, sido examinadora no Colégio Leonor (1917)¹ e no Instituto Universitário², dentre outros estabelecimentos. No período de 1905 a 1909 integrou o Conselho de Instrução do Estado, órgão colegiado de definição superior da política de instrução e ensino da época. Em 1910, exerceu transitoriamente a direção da Escola Complementar Mista³, apresentando detalhado relatório ao diretor da Instrução Pública, em 5 de maio de 1910, o qual foi publicado na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em 1914 foi diretora da Grupo Escolar “José Paranaguá”.

Possivelmente, em razão de suas relações no magistério público, em 1912, Elvira participou da Academia de Belas Artes, juntamente com Luciano Ferreira da Silva, Ernestina Gonçalves, Maria Barbosa Tapajós, Maria Bentes Ayres e Laura Tapajós [5], dentre outros.

3. A FORMAÇÃO

A formação escolar de Feliciano, como era hábito na pequena cidade daqueles anos 1870-1900, deve ter sido realizada em Manaus, notadamente em escolas públicas ou isoladas, sem que tenha sido possível verificar os registros oficiais, os quais surgem, somente, quando relativos à sua passagem como aluno do Ginásio Amazonense Pedro II, pelo menos no período de 1893 a 1895, com cerca de 15 anos de idade.

O *Gymnásio Amazonense Pedro II* que substituiu o *Lyceu Provincial Amazonense* (1869) era instituição destacada no ensino formal, na capital amazonense, e na época de Feliciano já se caracterizava por acompanhar o modelo adotado em colégio semelhante da capital da República, especialmente a partir de 1890 e nos primeiros anos da República, pouco antes do governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), principalmente em razão da reforma do ensino nacional, pregada e aplicada pelo então ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891).

¹ Trata-se da escola criada e dirigida pela professora Leonor Belmont Vaz, de frequência mista e que em 1912 teve 66 alunos e em 1914 matriculou 44. Funcionou na Rua 24 de Maio, n. 73 e em 1917 passou a lecionar francês, inglês, canto e ditação. JORNAL DO COMMERCIÓ, Manáós, 26 mar. 1912; A CAPITAL, Manáós, 28 jul. 1917, p. 2.

² A CAPITAL, Manáós, 12 dez. 1917, p. 2. Trata-se da escola dirigida por Raimunda Chevalier e José Chevalier Carneiro de Almeida que teve as denominações de Colégio Universitário e Instituto Universitário Amazonense, iniciada em 1911, na Rua dos Andradas, n. 53 e depois funcionou na Ruas do Dr. Moreira, e incluía preparatório à Universidade de Manáós, cursos complementares e elementares e oferecia francês, inglês, ginásticas e museu para prática de ensino. Em 1913 inscreveu 90 alunos, inclusive em internato.

³ Tratava-se de escola destinada ao ensino dos três graus primários representando a transição do curso primário para o secundário, ocasião em que ela identificou as fragilidades dessa escola quanto ao acesso, preparação anterior dos alunos e possibilidades futuras de cada aluno. Realçando que os resultados da escola particular tinham prevalência sobre o ensino público. AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1910 pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições. Manáós: Imprensa oficial, 1911, p. 229-231

O que se verifica, então, é que ele iniciou os estudos formais ginasianos no curto período de existência do Instituto Normal Superior (1890-1893), em que estiveram reunidos em um só estabelecimento o antigo Lyceu e a Escola Normal, momento de todo relevante para a modernização do ensino público no Estado, o que se coaduna com o entendimento de Márcia de Nazaré Tavares, para quem *“o Instituto Normal Superior do Amazonas no período inicial do estabelecimento da República se caracterizou como sendo uma instituição impar para formar uma sociedade promissora, de acordo com a política educacional do tempo”* [6].

O número de alunos do Instituto Normal e depois do próprio Gymnasio era diminuto, mas cursando esse estabelecimento, que desde a sua época começava a insinuar-se como centro de formação social e política, em 1893 ele foi aprovado plenamente, com média 8, juntamente com Antônio Telles de Souza, José Ribeiro do Nascimento, João Felipe Medeiros e Raimundo de Souza Marães [7]. Em 1894, na condição de aluno do maestro Adelelmo Nascimento, prestou exames de música, obtendo média 7, tendo sido colega de Eulália Barroso, Adelaide Minineia, Jonas da Silva, João Lemos de Aguiar, Adelaide Correia, Pedro Vieira e Silvério Nery Pucu, ocasião em que deve ter sido aluno de Goetz de Carvalho, na disciplina de História Geral e do Brasil. No ano de 1895, prestou exames de Álgebra com o professor Antônio Monteiro de Souza e teve como colegas Brazillina Pedrosa, Jonas da Silva, Antônio Telles de Souza, Izidoro Alves Maquiné, Raphael Benaion e Izabel de Freitas Pinto, dentre inúmeros outros⁴ [8], e, como era comum, pouco depois prestou novos exames de Aritmética e Álgebra no curso da Escola Normal que havia sido restabelecido de forma autônoma ao Ginásio.

No seu tempo de estudante e anos depois, a formação do ginasiano era considerada aplicada e constava de Geografia, Aritmética, Português, Alemão, Grego, Francês, Latim, Inglês, Álgebra, Geometria, Trigonometria, História, Mecânica, Astronomia, Física, Química, História Natural, Lógica, Matemática, História do Brasil e Literatura, mesmo com reconhecida deficiência de professores. Era esta a máxima formação escolar possível para os residentes em Manaus até antes da criação da Escola Universitária Livre de Manáos (1909).

Aos poucos, essas disciplinas passaram a ser ministradas por professores catedráticos que disputavam classificação em acirrados concursos de títulos e defendiam tese, processo que os credenciava para o magistério, qualificava o ensino e representava a oportunidade da demonstração de seus elevados conhecimentos, além de animar as rodas sociais e o interesse dos jornais,

Criada a Escola Universitária Livre de Manáos (1909) em transformação da Escola Livre de Instrução Militar (1908), a qual viria a se fixar como Universidade de Manáos (1913) [9], muitas pessoas, inclusive as que já detinham formação superior em medicina ou odontologia, por exemplo, quase todas formadas na Bahia, se inscreveram como alunos ouvintes e até mesmo como estudantes regulares para participarem de novos cursos que se instalavam na cidade. Por isso, era comum estarem na mesma sala de aula jovens iniciantes e profissionais de outras áreas, preparando-se especialmente no curso de ciências jurídicas e sociais, do que é exemplo mais destacado a inscrição de Adriano Augusto de Araújo Jorge Filho como aluno-ouvinte na escola de Direito, ele que era respeitável médico formado na Bahia em 1900⁵.

Feliciano de Souza Lima foi um dos que ingressou no curso de Direito como aluno-ouvinte (1910)⁶ [10], logo desistindo, sem que se conheça as razões, porém, mais adiante, empenhado na convivência estudantil e já na condição de aluno matriculado chegou a ser vice-presidente da União Acadêmica Amazonense (1914) [11], oportunidade em que os registros oficiais indicam que cursou

⁵ Ver respeito: BRAGA, Robério. **Adriano Jorge**: forte como a morte. Manaus: Nova Métrica; Reggo,

⁶ Na ocasião foi colega de estudo de Adriano Jorge, Sobreira Lima, Argemiro Jorge, Ignacio Coelho, Geminiano Lima, José Chevalier, Manoel Madruga, Manoel Miranda Simões, Maria Luiza de Saboia, Paulo Eleuthério e Salvador Carlos de Oliveira. **Archivos da Escola Universitária Livre de Manáos**, ano 1, n. 1., jan.-fev. 1911, p. 13.

formalmente o primeiro ano da Faculdade. Pouco depois, participou da criação do Centro Jurídico da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Manaus (1916), juntamente com Cláudio do Rego Monteiro, Eugênio Nascimento, Magalhães Cordeiro, Benévolo da Luz, Paulo Eleuthério e Araújo Filho [12].

Por esta razão, ele não figura entre os primeiros bacharéis da Faculdade, vindo a cursá-la de 1914 a 1918, quando completou a formação jurídica, juntamente com Manoel Felício Pinto, Bernardo Fortunato dos Santos, Cândido Machado e Tobias Teles de Souza [13].

Animados pelo funcionamento dinâmico da Universidade, mesmo na primeira fase de queda abrupta da economia da hévea (1913-1920), estudantes e professores organizaram o Congresso da Mocidade em Manaus (1917) para discussão de vários temas de interesse acadêmico. Participando desse movimento, Feliciano atuou no Congresso, principalmente na comissão de Polícia Acadêmica, ao lado de Virgílio de Barros, Moisés de Barros, Manoel Nascimento, Luís Coelho e Castro e Brígido Marques [14].

O Congresso, realizado pela União Acadêmica Amazonense, com apoio do governador Pedro de Alcântara Bacelar (1917-1920), reuniu estudantes e professores dos vários cursos da Universidade como medicina, farmácia, direito, engenharia, ciências e letras, além de alunos do Ginásio Amazonense, Instituto Universitário, Atheneu Pedro II, Colégio Rayol, Colégio Pestalozzi dentre outros. Tratava-se de um movimento de âmbito mais amplo, tendo em vista que congresso semelhante foi realizado na mesma época em várias outras capitais de estados da federação, e visava agregar não só estudantes, mas representantes da classe produtiva, da igreja católica, do magistério e dos funcionários públicos. A principal comissão local era liderada por Paulo Eleuthério Álvares da Silva, que a presidia, e estava composta por Octaviano Mello, Castelo Branco, Eugênio Nascimento, Odilon Lima, Homero de Souza e Lastênia de Vasconcelos dentre outros.

4. O SERVIDOR PÚBLICO

Um dos principais caminhos profissionais percorridos por grande parte dos jovens dessa época era o do exercício de atividade em cargo público, sendo comum a iniciação funcional na administração estadual, principalmente no corpo do Poder Executivo.

A trajetória de Feliciano Lima não fugiu a essa regra, especialmente pela inexistência de alternativa fora da prática em comércio, e ele teve oportunidade de exercer muitas funções na Administração, dentre as quais as de amanuense, secretário de escola, secretário da Corte de Apelação, variando para funções no campo do magistério, desde 1897, portanto, pouco depois de concluir os estudos ginasianos.

Iniciou essas atividades funcionais por nomeação para o cargo de amanuense, mediante aprovação em concurso, em 4 de fevereiro de 1897, e, a 22 seguinte, foi designado para atuar, interinamente, na diretoria geral da Instrução Pública, em substituição a Benedito Raimundo Borges. Logo em seguida, desempenhou a mesma função na secretaria da Inspetoria de Higiene Pública (1897) [15], fase em que essa repartição se desdobrava em motivar a população para que utilizasse a vacinação, convocando a que comparecessem à Santa Casa de Misericórdia de Manaus para atender a campanha desencadeada pelo governo de Fileto Pires Ferreira (1896-1898).

Conforme notas esparsas identificadas em pesquisa pela imprensa é possível considerar que, desde 1900, Feliciano tenha passado a exercer a função de Secretário do Ginásio Amazonense, sendo de referir o importante papel que desempenhou em 1903, atuando com dedicação para o bom êxito da realização dos exames escolares e na elaboração das atas respectivas em atendimento à exigência da fiscalização do ensino [16].

Nessa atividade notabilizou-se pela habilidade e presteza na organização e direção desse importante setor do Ginásio, considerado, desde o Império, como um dos estabelecimentos de ensino público de alta relevância na cidade, para o qual ele ofereceu livros visando a ampliação da biblioteca, destacando-se a obra de Custódio Mello “Vinte e um meses ao redor do planeta – Descrição da viagem de circunavegação do Cruzador Almirante Barroso”⁷ [17].

Em 1910, continuava no exercício do cargo de secretário do Ginásio Amazonense com a responsabilidade de ordenar as solenidades de formatura, festividades que eram de muito destaque na época, sob a direção do professor Plácido Serrano Pinto de Andrade e fiscalização do delegado do Ensino, dr. José Jorge Carvalhal.

No ano de 1913, Feliciano recebeu o encargo de organizar a biblioteca da escola, juntamente com Mendonça Lima [18], serviço que, sem dúvida, reclamava a participação de quem tivesse a confiança dos seus superiores, ainda que não detivesse a formação especializada, até porque se tratava de movimentar importante coleção, na qual se incluíam obras raras, inclusive parte dos acervos do antigo Museu Botânico do Amazonas que, em tempos passados e logo após o seu fechamento, haviam sido transferidos para a sede ginásiana em 1890.

Apesar da mudança de vários governantes e diretores do Ginásio, Feliciano foi mantido no cargo desde 1903, foi efetivado em 2 de setembro de 1904 e assim permaneceu até 1931. Nesse longo período, além da convivência com os ginásianos, muitos dos quais travariam com ele outras relações e desempenhariam em conjunto, anos mais tarde, diversas atividades sociais, maçônicas, filantrópicas e possivelmente no Movimento Espírita, teve proximidade natural com Plácido Serrano Pinto de Andrade, Jorge de Moraes, Gilberto Friganini, Adriano Augusto de Araújo Jorge, Coriolano Durand, Geraldo Matheus Barbosa de Amorim, Antônio Monteiro de Souza, Manoel Lobato, Arthur César Moreira de Araújo, José Francisco de Araújo Lima, Agnello Bittencourt, Heliodoro de Lima Balbi.

5. O PROFESSOR

Não raro, várias personalidades de sua época se tornaram professores, fosse do Ginásio Amazonense, da Escola Normal ou das escolas e cursos da Universidade Livre, além de servirem em algumas poucas unidades de ensino privado então existentes.

Concluída a formação escolar e depois do exercício de várias atividades administrativas, naturalmente voltadas para a subsistência pessoal e da família, Feliciano tornou-se professor no curso de ciências jurídicas e sociais da Universidade de Manaus, na qual havia desenvolvido a sua formação jurídica, e da Escola de Agronomia de Manaus.

Em 1931, era professor de Direito Civil da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus e logo em seguida integrou comissão especial com os professores Luna Alencar e Elviro Dantas encarregada de examinar o movimento financeiro da instituição, com o que se credenciou no âmbito da administração da Casa. No ano de 1933, foi eleito e exerceu a função de vice-diretor da Faculdade, fase em que o governo do Estado resolveu doar o imóvel de n.º 147, da Praça de Torquato Tapajós (dos Remédios) para sede da escola. As dificuldades de gestão não se resolviam e a Congregação procurava meios e modos de manter a entidade em funcionamento, fosse federalizada, autônoma ou estadualizada. Trata-se de período delicado para a escola no qual todos os professores e alunos se envolveram, no sentido de evitar a sua dissolução, tal como sucedera com outras unidades de ensino da antiga Universidade.

É desse tempo a assunção de Feliciano ao cargo de juiz integrante da Corte da Justiça Eleitoral no Amazonas, em sua primeira composição (1932), representando a classe dos advogados, decorrente

⁷ Esta obra foi editada por Cunha & Irmão, na Capital da República/Rio de Janeiro, em 1896, ilustrada.

de nomeação pelo presidente Getúlio Vargas, razão pela qual participou da instalação dessa justiça federal especializada, em 13 de agosto de 1932, ao lado dos desembargadores Anthero de Rezende, Raimundo Vidal Pessoa e Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, e de outro advogado, o dr. Ricardo Matheus Barbosa de Amorim.

Pouco depois, deu-se a sua eleição e nomeação para diretor da Faculdade de Direito em 1.º de janeiro de 1936, tendo como vice-diretor o dr. Aristóteles Melo, para o período de 1936-1938, oportunidade em que administrou as obras de recuperação e ampliação do novo prédio, cujos serviços foram realizados pelo construtor Carrilho e os recursos transferidos pelo governo estadual, mas a inauguração deu-se em 1938, quando a Faculdade não mais estava sob sua administração.

Coube a Feliciano reorganizar o Conselho Técnico da Faculdade, a qual foi estadualizada pela Lei n.º 124, de 3 de outubro de 1936, com o nome de Faculdade de Direito do Amazonas, no governo constitucional de Álvaro Botelho Maia (1935-1937). Ficou no cargo de diretor até 10 de novembro de 1937 quando, em razão da decretação do Estado Novo e de nova interventoria federal no Amazonas, foi substituído, mesmo antes de completar o mandato para o qual havia sido eleito.

De sua gestão pode ostentar bons serviços e, especialmente, minucioso relatório, historiando a criação da Universidade de Manaus, publicado em mensagem do governador do Estado.

Foi nesta fase que Feliciano há de ter intensificado a convivência com os professores e juristas Armando Barbuda, Ricardo Amorim, Waldemar Pedrosa, José de Souza Brasil, Bernardino de Paiva, Aristides Rocha, Vivaldo Palma Lima, Francisco de Paula Faria e Souza, Elviro Dantas Cavalcanti, Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, que eram efetivos, além dos contratados Arthur César Ferreira Reis, Manoel Anísio Jobim, Vidal Pessoa, Augusto de Resende Rocha, Cassio Gouvêa, Dantas Cavalcanti, Manoel Machado Barbuda, Huascar de Figueredo, Ramayana de Chevalier e Pedro Severiano Nunes. O Inspetor Federal responsável pelo controle pedagógico da escola era o dr. Vicente Torres da Silva Reis, no exercício dessa relevante função desde outubro de 1935.

A luta então travada nos campos político, institucional e interno no Estado era em defesa da federalização dos cursos remanescentes da Universidade de Manaus como Farmácia e Odontologia, Agronomia e Direito. Os esforços visavam, portanto, a manutenção da formação em nível superior no território amazonense, com alternativas pelo menos nestas áreas, porquanto a organização universitária se desfazia por falta de recursos e o governo estadual não suportaria mantê-las em razão do empobrecimento dos cofres públicos. Mas, apesar dos esforços dispendidos, de todos esses cursos de formação superior, apenas o de ciências jurídicas e sociais conseguiria permanecer, ainda que com grandes dificuldades.

O desempenho de Feliciano nessas funções e seu papel na campanha que consideravam patriótica pela manutenção da escola de Direito pode ser comprovado em obra beneditina, de autoria do professor Aderson Andrade de Menezes [19], na qual é possível verificar parte de sua trajetória como professor e diretor, inclusive nesse momento delicado da vida da instituição.

Do mesmo modo, Feliciano foi professor da Escola Agrônômica de Manaus, que iniciou suas atividades de forma agregada à Universidade de Manaus, e depois de várias alterações de denominação teve autonomia didática, administrativa e financeira, mas veio a ser extinta em 1943. Feliciano foi secretário da escola, com registros conhecidos de 1927 a 1931, atuando ao tempo de Raymundo Palhano e Antônio Telles de Souza, mas foi na condição de professor que integrou o Conselho Florestal do Estado, criado pelo Decreto n.º 59, de 20 de maio de 1935, formando ao lado de representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, da Sociedade de Agricultura e do Departamento de Agricultura do Estado [20].

Em 1954, encerrou a sua carreira no magistério, com aposentadoria [21].

Comentado [GR1]: Sugiro uma revisão desse parágrafo pelo autor, a fim de definir se este termo está mesmo correto. A partir deste termo "formando" parece-me que falta algo.

6. NA MAÇONARIA

A maçonaria se instalou em Manaus com a Loja “Esperança e Porvir n. 1.º”, em 6 de outubro de 1872, seguida da Loja “Amazonas” em 4 de março de 1877, integrantes do Grande Oriente do Brasil, sempre reunindo personalidades importantes da vida política, social e econômica, mas, sobretudo, os vocacionados para atuação na chamada Sublime Ordem, que desde tempos imemoriais pugna pelo aprimoramento moral e espiritual do homem.

Gradativamente foram sendo estabelecidas outras lojas na capital amazonense, entre elas a “Conciliação Amazonense”, instalada em 30 de novembro de 1894, na qual Feliciano ingressou em 11 de maio de 1901, portanto, com 24 anos de idade, concluídos os estudos ginásianos e de humanidades e efetivado o seu ingresso no serviço público, em cuja Casa galgou elevação e progresso e chegou a se destacar como secretário [22], função de alta responsabilidade na instituição, já então denominada de Grande Loja Maçônica do Amazonas.

Modificada a organização maçônica no Amazonas, funcionando à época como Grande Oriente Estadual, em 1908 Feliciano Lima passou a exercer o importante cargo de Grande Secretário do Grande Oriente Estadual, na companhia de José Cardoso Ramalho Júnior, antigo governador do Estado (1898-1900), Martinho de Luna Alencar, Virgílio Ramos, Francelino de Araújo, Henrique Taborda de Miranda, José Gesta, Pedro Freyre, Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, Agnello Bittencourt, Raimundo Gama e Silva, Raymundo Palhano, Benedito de Barros Alencar, dentre outros, sendo depois reeleito em 1910 [23], e, anos mais tarde, elevado a Grande Secretário-Adjunto.

Na forma de permissão constitucional, era filiado livre à Loja “Luz e União do Juruá”, do município de Eirunepé e foi Venerável de sua Loja pela primeira vez no período de 1914-1915, que é o posto máximo que poderia assumir na hierarquia de sua Casa de iniciação. Anos mais tarde, em 26 de novembro de 1922, assinou decisão do Grande Oriente Estadual do Amazonas criando a medalha de prata dourada a ser conferida aos obreiros que contassem vinte anos de serviços maçônicos. No ano seguinte, foi designado diretor da Escola “Gonçalves Ledo”, de ensino noturno, o que era grande novidade para o trabalhador manauense, criada e mantida pela maçonaria [24], a qual representava um dos diversos movimentos sociais e educacionais da instituição.

Na sua Loja mãe, ele foi 1.º Vigilante (1926), Venerável novamente em 1930, exerceu a sua representação no Tribunal de Justiça Maçônico (1927) e foi deputado à Soberana Assembleia (1930-1931), cargos que têm especial destaque na instituição e para os quais se reclama formação jurídica, preparação reconhecida nos ritos maçônicos e habilidade político-institucional.

O exercício dessas funções serve para demonstrar a posição de destaque que desde logo ele teve na instituição maçônica e quais as suas relações de convivência com outras figuras de relevo na sociedade da época, em meio a turbilhão de disputas políticas e de lutas partidárias que, de qualquer forma, repercutiam no seio da maçonaria, direta ou indiretamente, mas parece que não o desviaram de participar ativamente da criação e do funcionamento de entidades sociais e filantrópicas.

7. OUTRAS ATIVIDADES

A vida cultural na cidade de Manaus, de há muito, pelo menos para parte da população em que ele se devia incluir, era intensa e de bom nível. O teatro, a ópera, a música e depois o cinema, principalmente, se constituíam em opção de lazer e entretenimento coletivo, além de representarem o referencial para a sociedade que se pretendia corresponder à vida familiar e social europeia, especialmente de França, ao mesmo tempo em que o Estado e o comércio mantinham relações negociais com a Alemanha e a Inglaterra, principalmente.

Neste contexto, foram organizadas várias instituições culturais e artísticas, dentre as quais o Grêmio Musical do Amazonas (1913), no qual se destacavam o musicista e desembargador Paulino de

Mello, exímio pianista e violinista, Gentil Bittencourt, Fulgêncio de Souza, o professor Alexandre Rayol, o professor e diretor da Escola Normal, Salvador Oliveira, o músico e compositor João Donizetti, o maestro e compositor Sobreira Lima, o maestro Eduardo Boni e Joaquim França [25]. Na composição da primeira Assembleia Geral, Feliciano figurou como 1.º secretário desse órgão superior de administração da entidade.

O Grêmio teve certa projeção, manteve banda marcial sob a regência do maestro Alexandre d'Oliveira, sede própria na Rua da Matriz, n.º 7, sobrado, na qual prestava ensino de violino, flauta, violoncelo, piano e canto, em segmento chamado de Escola de Amadores de Música, dirigida pelo maestro Paulino Chaves. Era comum haver exercícios musicais do Grêmio no Cine Teatro Alcazar, muitas vezes sob a direção do maestro E. Boni, aos quais acorriam muitas famílias e jovens.

Anos mais tarde, do mesmo modo que sucedera com várias outras personalidades de considerável influência, notadamente na capital amazonense, diante dos graves entraves político-institucionais, em razão da crise política que se instaurou no Estado, no curso do governo de César do Rego Monteiro (1921-1924), Feliciano defendeu e pleiteou que o Governo da União decretasse a intervenção federal no Estado (1924), chegando a associar-se a movimento de advogados e magistrados que enviou telegrama ao presidente da República [26], filiando-se aos propósitos igualmente manifestados por Francisco Pedro de Araújo Filho e Ricardo Matheus Barbosa de Amorim dentre outros.

Depois de exercer a advocacia pelos idos de 1920, ele foi juiz de Direito dos Feitos da Fazenda (1927), da 2.ª vara Cível e de Comércio, de Manaus (1927) [27], juiz da 1ª. vara da Comarca da Capital, (1928) [28], juiz do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral (1932), em sua primeira composição como registrado alhures e primeiro suplente no exercício pleno de juiz de casamentos (1934).

Tempos mais tarde, mas ainda na primeira fase do período getulista (1930-1935), com a reorganização da justiça estadual e promulgação da Constituição do Estado do Amazonas, em 2 de julho de 1935, na forma do art. 74, da Carta, o órgão do Poder Judiciário estadual passou a ser denominado de Corte de Apelação, ocasião em que Feliciano Lima foi chamado a exercer o cargo de secretário do colegiado, nomeado em 20 de setembro de 1935 [29], acredita-se que em razão de sua experiência nessa função, desde o Ginásio Amazonense e na Maçonaria, durante muitos anos.

8. AÇÕES SOCIAIS

Ao lado de muitos outros maçons, ele integrou o grupo de dedicados obreiros que se empenhou em tomar a iniciativa da criação do Asilo de Mendicidade de Manaus, formando com Agnello Bittencourt, José Cardoso Ramalho Júnior, Pedro Freyre, Plácido Serrano Pinto de Andrade, Luna Alencar, Virgílio Ramos, João Reis, Francelino de Araújo [30], por exemplo.

Inaugurada em 9 de dezembro de 1909, no ano seguinte, a entidade possuía sede própria⁸ para receber “pessoas inválidas a quem a fortuna desamparou” [31]. O papel de Feliciano foi mais uma vez no campo da administração e da organização social, tendo sido membro da comissão de redação do Estatuto da entidade, ao lado de Taborda de Miranda, Luna Alencar, Ramalho Júnior e Agnello Bittencourt, este que assumiu a presidência do Conselho de Administrativo. Pouco depois, mais uma vez teve considerável destaque e contribuição mais efetiva, exercendo a função de secretário da diretoria, em 1913.

A organização do Asilo era plenamente justificada pela prática crescente de mendicância naqueles anos em Manaus, o que, segundo a opinião de Agnello [32], não “*podia continuar numa cidade em que predomina o espírito cristão, que vale pelo mais forte amparo a pobreza desvalida*”.

⁸ Uma edificação na Estrada de Flores, no limite norte da cidade, com dois pavilhões, com área para leitos, refeitório e cozinha.

Conforme salienta Agnello, em 6 de janeiro de 1912, muitas pessoas e famílias inteiras andavam em romaria pelas ruas, de porta em porta, e, ainda que denote que isso gerava “inoportunas coletas” e incômodo que causava ao comércio, o que mais o autor chamava a atenção é que surgiam aproveitadores, falseando a boa-fé da população. Esse cenário servia para demonstrar que o Asilo visava “*acabar com esse espetáculo degradante da mendicância, fosse ela a falsa miséria a explorar a piedosa condescendência de uma população abandonada de recursos materiais*” [33]. De outro lado, cronista como Bento Aranha, - ora progressista, ora conservador - sob pseudônimo de Ajuricaba, denunciava tratar-se de cumprimento de objetivo higienista, promovido pelas elites, em cujo conceito, segundo o autor, se incluiria o projeto de lei de Raul de Azevedo à Câmara Municipal (13 ago. 1909), pelo qual a municipalidade cederia casa e pensão anual à empresa que instituísse assistência pública.

O fato é que este cenário era o ponto mais visível das consequências da queda da exportação de borracha e abandono dos seringais por falta de trabalho, e da miséria que assolou grande parte da população, que se transferira para a capital da hévea em busca de melhores condições de vida e de encontrar o El-Dorado, a qual, com a debacle, estava abandonada, depauperada, doente e na miséria.

Na administração do Asilo, ainda sob os cuidados diretos da Maçonaria, ele foi 1.º secretário, sob a presidência de Armindo de Barros, atuando ao lado de Henrique Taborda de Miranda, Virgílio Ramos e Cláudio Mesquita (1918).

Outra das suas contribuições a ações desta natureza deu-se em 1915, quando, em razão da continuada crise de seca do Nordeste, foi organizado um “Comitê de Flagelados e Nordestinos” com o objetivo de atender a essa população em suas carências materiais. Na ocasião, Feliciano teve a oportunidade de contribuir com esse meritório trabalho. De igual modo, pelo espírito que movia várias personalidades desse mesmo grupo de relações sociais, de trabalho e na Maçonaria, há de ter apoiado campanhas semelhantes, realizadas pelo Centro Pernambucano, pelo núcleo de paraibanos e pela sociedade cearense, todos empenhados em atender os retirantes do Nordeste que chegavam à capital amazonense.

Os registros de imprensa, única fonte possível para levantamento de pormenores do cotidiano desse período da vida da cidade, assinalam a participação de Feliciano de Lima em várias outras iniciativas de cunho social, de solidariedade e filantropia, como a campanha em favor do Natal dos tuberculosos (1945) [34], na Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus [35], na Liga Amazonense contra a Tuberculose e no Dispensário Cardoso Fontes (1949) [36].

Do mesmo modo, ele manifestava interesse por organizações de classe, tendo contribuído para a criação da Associação Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado (1931) [37], ao lado de Genesino Braga e Raimundo Nicolau da Silva, dentre outros.

Outra frente de mobilização social relevante em Manaus de seu tempo foi a recomposição do acervo e reconstrução do prédio da Biblioteca Pública do Estado, após o pavoroso incêndio que em 1945 consumiu quase todas as coleções depositadas no tradicional prédio da Rua do Barroso. Muitas pessoas, famílias e associações de classe se mobilizaram para a doação de livros, jornais e revistas, solidariamente à concitação feita pelo governador Álvaro Botelho Maia, pelo escritor Genesino Braga, que era o diretor da Biblioteca e por entidades como Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Dentre tantos outros, Feliciano Lima doou 248 volumes de livros em apoio a essa campanha de interesse público [38].

9. NO MOVIMENTO ESPÍRITA

Os registros conhecidos de sua participação no Movimento Espírita, raros registros, levantados por Josie Nobre e cedidos ao autor de forma gentil, dão conta de Feliciano haver integrado os quadros diretivos da Federação Espírita Amazonense (FEA), primeiro como diretor da livreria na presidência

de João Antônio da Silva (1907), em grupo que contou com Thomaz Pontes, Marcolino Rodrigues, Raymundo Palhano, Firmina Fontenelle da Silva e José Gerson Brandão, dentre outros, posição em que foi mantido até 1913 e foi eleito vice-presidente quando de nova administração de João Antônio da Silva, desta feita na companhia de Nilo Baptista, Gonçalo Souto, Joaquim Félix da Cunha e Luiz Facundo do Valle, por exemplo, vindo a ser reeleito para o mesmo cargo em 1914. [39] [40] [41] [42].

Na diretoria de 1915-1916, esteve sob a presidência de Carlos Theodoro Gonçalves, mas compondo a Comissão de Contas, juntamente com João Antônio da Silva e Gonçalo Rodrigues Souto [43]. No mandato seguinte (1916-1917), retornou ao cargo de vice-presidente, desta feita com a entidade sob a direção de Manoel dos Santos Castro, em composição que incluía Nilo Baptista, Ernesto Castro, João Baptista Cordeiro de Mello, e outros [44]. No período seguinte, retornou à Comissão de Contas, ao lado de João Baptista Cordeiro de Mello e João Gonçalves Lima, passando a 2.º Secretário, na nova presidência de João Antônio da Silva (1919-1920) e a 1.º Secretário, no novo mandato (1921-1922) [45] [46] [47].

A oportunidade de dirigir a Assembleia Geral da entidade de representação estadual do Movimento Espírita viria em 1929-1930, tendo como companheiros Ricardo Jorge (vice-presidente), José de Sant'Anna Barros e Pedro Ribeiro Granja como secretários, respectivamente [48]. Em 1935-1936 retornou ao cargo de vice-presidente da Assembleia Geral, sob a direção de Ricardo Matheus Barbosa de Amorim, sendo esta, ao que consta das atas da FEA, a sua última participação na administração da entidade [49].

Neste ponto, vale destacar que algumas das personalidades integrantes dessas diretorias da Federação de alguma forma constituíram com Feliciano algum elo de relações externas ao Movimento, como por exemplo Raymundo Carvalho Palhano, Gentil Augusto Bittencourt, Ricardo Matheus Barbosa de Amorim, dentre tantos outros.

Relevante realçar que a composição das diretorias em que Feliciano aparece em repetidos mandatos dá-se nas presidências de João Antônio da Silva o que sugere convivência próxima, incluindo Firmina Fontenelle da Silva e Arya Firmina Silva de Paula, esposa e filha de João Antônio, e, se for considerada a possibilidade da formação de grupo “político” na Federação, é bem ver que Feliciano possa ter integrado essas administrações também em razão dessa relação.

10. OS ELOS DE SOLIDARIEDADE

Os elos aqui considerados pretendem evidenciar, ainda que de forma objetiva e sintética, a relação entre Maçonaria e Espiritismo, notadamente sob o prisma da solidariedade e como é possível verificar a presença de Feliciano de Souza Lima, em face de sua participação ativa em ambas as instituições.

É sabido que há inúmeros estudos apreciando a relação entre tais instituições, sob diversos ângulos e que este breve estudo não permite ampliar tais considerações, mas cabe destacar, a respeito, a comunicação de Guttemberg, por meio do médium Leymarie, em Paris, em 25 de fevereiro de 1864:

Falastes de franco-maçonaria, e tendes razão de esperar nela encontrar bons elementos. O que é que se pede a todo maçom iniciado? Que ele creia na imortalidade da alma e no Divino Arquiteto: que ele seja benevolente, devotado, sociável, digno e humilde. Ali se pratica a igualdade na mais larga escala. Há, pois, nessas sociedades, uma afinidade com o Espiritismo de tal modo evidente que salta aos olhos.

[...]

Assim, então, tereis uma seara espírita nessas sociedades essencialmente liberais. Por elas entrareis plenamente neste segundo período, que deve preparar as vias prometidas. Os homens inteligentes da maçonaria vos bendirão por sua vez, pois a moral dos Espíritos dará um corpo a essa seita tão comprometida, tão temida, mas que fez mais bem do que se pensa.

Tudo tem um pátio laborioso, uma afinidade misteriosa e se isto exige para o que perturba as camadas sociais, é muito mais verdadeiro para o que conduz ao progresso moral dos povos [50].

Esta afinidade pode ser verificada nas relações de Feliciano nas várias atividades de que participou ao longo da encarnação aqui referenciada, na qual esteve empenhado ou envolvido em evolução na formação maçônica, nos estudos espiritistas e com participação no Movimento Espírita, aliando a isso, de forma quase constante, sua contribuição a outras ações sociais de caráter solidário, ainda que algumas delas pudessem transparecer visão diversa a outras personalidades do seu tempo, como no caso de artigos na imprensa, grandemente politizados, - especialmente os de Bento Aranha – alegando que outras razões teriam motivado a criação do Asilo de Mendicidade de Manaus, os quais não cabem ser analisados neste trabalho.

Observando o cenário econômico, político e social da época constata-se, em diversas ocasiões e durante vários anos, a contribuição de Feliciano em ações de solidariedade e caridade a demonstrarem a afinidade de que trata Guttemberg, seja na criação de entidades para prestação de apoio solidário a parcela da população “menos favorecida” - para utilizar termos da época -, seja na diretoria dessas organizações, assim como mediante oferta monetária para a prestação dessa assistência. Veja-se, o Asilo de Mendicidade, o “Comitê de Flagelados e Nordestinos”, o Natal dos tuberculosos, a Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus, a Liga Amazonense contra a Tuberculose, o Dispensário Cardoso Fontes e a Escola noturna “Gonçalves Dias”⁹, iniciativas da sociedade civil independentemente das ações de governos, e em todas elas Feliciano e outras personalidades igualmente referenciadas na Maçonaria e no Movimento Espírita contribuíam de forma atenta aos preceitos de conduta de ambas as instituições.

Eis, então, a prática de que se trata: da caridade, que *“é a virtude fundamental que deve sustentar todo o edifício das virtudes terrestres; sem ela, as outras não existem. Sem a caridade não há esperança nem futuro melhor, nem interesse moral que nos guie”* [51], ou, mais ainda, como ensina o Evangelho, *“sem a caridade não há fé, porque a fé não é senão um raio puro que faz brilhar uma alma caridosa”* [51]. Eis, portanto, a que se dedicaram Feliciano Lima e alguns de seus contemporâneos no Movimento Espírita e na Maçonaria, especialmente com a criação do Asilo de Mendicidade, uma instituição de caridade destinada a atender *“pobres velhos sem trabalho e cedo sem asilo, atormentados por todos os sofrimentos da necessidade, e envergonhados da sua miséria, não ousando, eles que jamais mendigaram, ir implorar a piedade dos transeuntes”* [52].

Nesse ponto, parece próprio referir trecho de recente mensagem de Adriano Augusto de Araújo Jorge Filho [53], ao aclarar que não se deve rechaçar *“as oportunidades de ocupar os postos de trabalho designados por Deus, ao lado de quem quer que venhas a partilhar”*, nem apartar-se da “proposta de Amor do Divino Amigo”, conduta possível de identificar em Feliciano, pois, reunindo-se a vários irmãos de diversas naturalidades, formação religiosa, posição socioeconômica e político-ideológica, teria procurado estar nos postos de trabalho voltados para o bem e para a solidariedade, fazendo-o em fases distintas e para grupos diversos que dependiam do amparo e da caridade humana, sendo isto o que os referenciais dessa passagem material registram e representam os elos de que se trata.

Se não foram elos inquebrantáveis que os reuniram nesse mister, posto que constituídos por humanos em passagem de expiação em busca de evolução espiritual, foram apropriados para a condução de soluções que devem ter minimizado os tormentos, necessidades e sofrimentos a que parte da população empobrecida de Manaus se via submetida, foram elos apropriados e tomados com consciência em razão de formação espiritualista e desconsiderando os discursos de reação política que

⁹ Há, então, relação direta com as iniciativas de escolas noturnas, gratuitas, para populações mais necessitadas, inclusive com alfabetização de adultos, como iniciativas da Maçonaria e do Movimento Espírita, como é o caso do “Curso Noturno Gratuito”, criado em 1901, pela Sociedade de Propaganda Espírita; a Escola “Gonçalves Dias” e a Escola “Gonçalves Ledo”, essa última criada pela Maçonaria, com as quais Feliciano contribuiu, como registrado.

ocupavam alguns jornais, os quais denunciavam a miséria como responsabilidade do Poder Público, sem que seus autores tomassem qualquer posicionamento para enfrentar o seu alastramento, que alcançava um grupo cada vez maior de irmãos.

11. DESENCARNE

Se são desconhecidos os registros de sua escolarização infantil, os de seu desencarne parecem não ter sido divulgados na imprensa diária. A data indicada em algumas fontes, assinalada como em 31 de maio de 1964, diverge dos assentamentos do Cemitério São João Baptista, de Manaus, que confirmam haver sido no dia 31 de junho de 1964, aos 86 anos, por insuficiência pulmonar, conforme anotado no Cartório de Maria Antônia de Sena Costa.

12. APRENDIZADOS

As possibilidades de aplicação prática dos ensinamentos auridos nas experiências espíritistas e maçônicas voltadas para a prática do bem, da caridade e do amor ao próximo se ampliam quando o indivíduo, de forma consciente, permanece atento ao fato de que pode desenvolver estas práticas e seguir esses caminhos nas mais variadas oportunidades de sua trajetória, não apenas nos exercícios diários e solitários, nas orações e atitudes, mas nos engajamentos em grupos sociais que possam interessar-se por tais condutas.

A solidariedade, a benemerência e a caridade representam formas de amor ao próximo e podem ser traduzidas em ações práticas como foi possível a Feliciano Lima, naturalmente sujeito a todas as intempéries de uma passagem de aprendizado e busca de evolução, o que deve animar a quantos procuram apreender a essência e as lições pregadas nas instituições espíritas e maçônicas, guardadas as suas especificidades, facilitado por elos de relações sociais, profissionais e institucionais que possam ser construídos. Realça a necessidade de mais empenho pessoal na intensificação de tais práticas.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Feliciano de Souza Lima (1877-1964) demonstra a determinação de bem-servir ao próximo, ao mesmo tempo em que permite observar-se que a multiplicidade de encargos funcionais, próprios para a sobrevivência material, não deve representar empecilho à contribuição benemerente que cada indivíduo possa prestar ao corpo social em que se vê inserido, fazendo-o sem vaidades e sem disputas que venham a toldar esse transcurso de vida material. Precisamente isso o que é possível observar além das passagens registradas neste estudo, posto que não foi identificada, em nenhuma das facetas do contributo de Feliciano, seja no social, político, funcional e institucional, nuances que abalem a sua memória, o que não representa não tenha tido incertezas, dúvidas, e atravessado insegurança, desesperança e agonias, nem enfrentado dissidências, desacordos e entrechoques de ideias e interesses em relação a membros dos grupos sociais que integrou.

De outro lado, resta saliente que a garimpagem arqueológica para a recomposição de contribuições dessa natureza, apesar das dificuldades e atropelos, ainda é possível de ser realizada com persistência e paciência, sobretudo quando são identificadas pistas para serem seguidas, ainda que à margem da forma mais comum de construção biográfica. Nesse ponto foi que surgiu como linha auxiliar a esse estudo a associação do nome de Feliciano Lima a seus contemporâneos, nas diversas fases da vida, e em quais percursos teriam estado alinhados na consecução de objetivos de bem-estar comum e da caridade.

14. REFERÊNCIAS

- [1] AGRADECIMENTO. *Commercio do Amazonas*. Manáos (AM), ed. 272, anno XXXI, 1.º set. 1898, p. 2
- [2] DO VAPOR. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed 405, anno 2, 11 abr. 1905, p. 4.
- [3] AMAZONAS. *Mensagem do governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, a Assembleia... em 1903*. Manaus (AM): Imprensa Oficial, 1903, p. 103.
- [4] SOCIEDADE. *Correio do Norte*. Manáos (AM). ed. 11, anno I, 2 fev. 1906, p. 2.
- [5] CORREIO DO NORTE, Manáos (AM), 22 jan. 1912, p. 1.
- [6] TAVARES, Marcia de Nazaré. *Instituto Normal Superior: O Ideário Republicano Aplicado à Instrução Pública no Amazonas (1890-1893)*. Disponível em: file:///C:/Users/Roberio.BRAGA-PONTES-02/Downloads/3468-Texto%20do%20artigo-9767-4-10-20200527.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.
- [7] APROVADOS. *Diário Oficial*, Manáos (AM), ed. 24, 15 dez. 1893, p 187.
- [8] GYMNASIO. *Diário Oficial*, Manáos (AM). ed 459, 20 jun. 1895, p 3663.
- [9] **Archivos da Universidade de Manáos**, ano IV, n. 1, jan.-mar., 1914, p. 1
- [10] **Archivos da Escola Universitária Livre de Manáos**, ano I, n. 1., jan.-fev. 1911, p. 13.
- [11] VARIAS. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed. 3686, anno XI, 31 jul. 1914, p.1.
- [12] O ANIVERSARIO. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed. 4416, anno XIII, 12 ago. 1916. p.1.
- [13] MENEZES, Aderson Andrade de. *História da Faculdade de Direito do Amazonas: 17 de janeiro de 1909 – 17 de janeiro de 1959*. Manaus (AM), 1959. p. 80. (Edição Histórica).
- [14] COMISSÃO. *A Capital*. Manáos (AM). ed. 121, anno I, 15 nov. 1917, p. 2.
- [15] HIGIENE. *Diário Oficial*. Manáos (AM). ed 964, 8 abr. 1897, p. 10563.
- [16] AMAZONAS, Mensagem do governador Silvério José Nery apresentada ao Congresso de Representantes do Amazonas, em 1903. Manaus (AM): Imprensa Pública, 1903, p. 136.
- [17] A FEDERAÇÃO, Manáos (AM), 4 dez. 1898, p. 2. Esta obra foi editada por Cunha & Irmão, na Capital da República/Rio de Janeiro, em 1896, ilustrada.
- [18] VARIAS. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 3298, anno X, 3 jul. 1913, p. 1.
- [19] MENEZES, Aderson Andrade de. *História da Faculdade de Direito do Amazonas: 17 de janeiro de 1909 – 17 de janeiro de 1959*. Manaus (AM), 1959.
- [20] AMAZONAS. *Mensagem do Governador ÁLVARO BOTELHO MAIA à Assembleia Legislativa, na abertura da sessão ordinária, em 3 de Maio de 1936*. Manáos (AM): Secção de Obras da Imprensa Pública, 1936, p. 141-142.
- [21] EM TORNO. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 13675, anno L, 24 nov. 1954, p. 2.
- [22] VARIAS. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 3981, anno XII, 27 mai. 1915, p. 1.
- [23] GR. OR. ESLADOAL. *Correio do Norte*, Manáos (AM). ed. 486, anno II, 10 jul. 1910, p. 1.
- [24] VALLE, Rodolpho. **Mações ilustres do Amazonas**. Manaus. (obra inédita, cujos originais encontram-se no arquivo do autor, depositados por Rodolpho Valle, pouco antes de seu desencarne).

- [25] MANAOS SOCIAL. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 3332, anno X, 6 ago. 1913, p. 1.
- [26] OS FACTOS. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed. 7288, anno XXI, 9 set. 1924, p. 1.
- [27] O QUE HOUBE. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed. 8111, anno XXIV, 11 jun. 1927, p. 1.
- [28] O AGENTE. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed. 8322, anno XXV, 11 fev. 1928, p. 3
- [29] AMAZONAS. Mensagem do Governador **ÁLVARO BOTELHO MAIA** à Assembleia Legislativa, na abertura da sessão ordinária, em 3 de Maio de 1936. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Pública, 1936, p. 21.
- [30] VARIAS. *Jornal do Commercio*. Manáos (AM). ed. 2095, anno 7, 29 jan. 1910. p. 1.
- [31] VALLE, Rodolpho. **Centenário Maçônico**. Manaus: 1972, p. 72.
- [32] Ibidem, p. 73.
- [33] Ibidem, p. 73.
- [34] NATAL DOS TUBERCULOSOS. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 14011, anno XLII, 19 dez. 1945, p. 1.
- [35] A SOCIEDADE. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 14920, anno XLIV, 4 dez. 1948, p. 3.
- [36] ECHOS. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 15122, anno XLV, 5 ago. 1949, p. 2.
- [37] “ASPA”. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 20470, anno LXVI, 30 ago. 1970, p. 3
- [38] LIVROS RECEBIDOS. *Jornal do Commercio*. Manaus (AM). ed. 13945, anno XLII, 30 set. 1945, p. 1.
- [39] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 03 Marco de 1907*. Livro de Ata n.º 01, p 88v.
- [40] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral extraordinária de 28 fevereiro de 1908*. Livro de Ata n.º 01, p102.
- [41] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 21 fevereiro de 1913*. Livro de Ata n.º 01, p 132v.
- [42] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 22 de março de 1914*. Livro de Ata n.º 01, p 136.
- [43] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 21 fevereiro de 1915*. Livro de Ata n.º 01, p 136v.
- [44] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 21 fevereiro de 1916*. Livro de Ata n.º 01, p 149v.
- [45] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 21 fevereiro de 1918*. Livro de Ata n.º 01, p 159v.
- [46] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assemblea geral de 21 fevereiro de 1919*. Livro de Ata n.º 01, p 172.
- [47] O ESPIRITISMO PELO MUNDO. In: Reformador, Rio de Janeiro (RJ): FEB, Fev 1921, ed. 004, p 108.
- [48] O ESPIRITISMO PELO MUNDO. In: Reformador, Rio de Janeiro (RJ): FEB, Mar 1929, ed 005, p 140.

[49] FEDERAÇÃO ESPÍRITA AMAZONENSE. Manaus (AM). *Ata da sessão de assembleia geral de 23 de dezembro de 1934*. Livro de Ata 1931-1973, p 23 a 28.

[50] **Revista Espírita. Jornal de Estudos Psicológicos - 1864**. Disponível em: kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/898/revista-jornal-de-estudospsicologicos-1864/5601/abril/instruções-do-espírito-e-a-franco-maconaria. Acesso em: 11 set. 2023.

[51] CARIDADE. São Vicente de Paulo, Paris, 1858. *In: O Evangelho segundo o Espiritismo*. 142.^a ed. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1991, p. 178.

[52] CARIDADE. Cáritas. Martirizada em Roma, Lião, 1861. *In: O Evangelho segundo o Espiritismo*. 142.^a ed. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1991, p. 179.

[53] ARAÚJO JORGE FILHO. Adriano Augusto de. **VIII Simpósio FAK: vinde vós também para a vinha**. Mensagem psicografada em 26 mai. 2023, por Ana Kalina Moura, em reunião mediúnica de apoio à realização do VIII Simpósio FAK, revista pela Comissão Coordenadora do Correio do Amor em 23 ago. 2023.